



Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.



evoluindo sempre

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM

CNPJ nº 11.589.522/0001-97

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Administração

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

		(Em milhares de reais)		
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	
Ativo				
Circulante		19.034	21.141	
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.787	3.641	
Títulos e valores mobiliários	6	2.333	2.340	
Contas a receber ativo financeiro	7	13.808	14.250	
Outros ativos		1.106	910	
Não circulante		102.567	95.510	
Contas a receber ativo financeiro	7	102.362	95.336	
Depósitos judiciais		205	174	
Total do ativo		121.601	116.651	
Passivo				
Circulante		11.593	11.162	
Empréstimos e financiamentos	8	3.531	3.493	
Fornecedores		1.172	907	
Partes relacionadas - Dividendos	15.2	5.402	5.374	
Encargos regulatórios		442	437	
Outros passivos		1.046	951	
Não circulante		37.690	39.200	
Empréstimos e financiamentos	8	28.471	31.435	
IRPJ e CSLL diferidos	9	8.145	6.472	
Outros passivos		1.074	1.113	
Patrimônio líquido		72.318	66.469	
Capital social	11.1	43.000	42.686	
Reservas de lucros		29.318	23.783	
Total do passivo e do patrimônio líquido		121.601	116.651	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

		(Em milhares de reais)					
Descrição	Nota	Reservas de lucros		Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros acumulados	Lucros	Total
		Capital social	(-) Capital social a integralizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2014		43.000	(314)	1.340	18.594	—	62.620
Lucro líquido do exercício		—	—	—	5.047	—	5.047
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	11.2	—	—	252	—	(252)	—
Autorização de lucros	11.2	—	—	—	2.727	(2.727)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	—	—	—	(1.198)	(1.198)	—
Reserva de incentivos fiscais		—	—	870	—	(870)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2015		43.000	(314)	1.592	870	21.321	66.469
Lucro líquido do exercício		—	—	—	7.259	7.259	—
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	11.2	—	—	363	—	(363)	—
Reserva de lucros	11.2	—	—	—	4.459	(4.459)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	—	—	—	(1.724)	(1.724)	—
Reserva de incentivos fiscais		—	—	713	—	(713)	—
Capital a integralizar		—	314	—	—	—	314
Saldos em 31 de dezembro de 2016		43.000	—	1.955	1.583	25.780	72.318

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. ("Companhia" ou "ETEM") foi constituída em 14 de julho de 2010, e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, Conjunto 151, Sala G, Vila Olímpia - São Paulo - SP. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). A Companhia possui o direito de explorar, diretamente ou seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2010	30	2040	R\$ 12.045	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, sendo que está prevista contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. A RAP é acrescida das despesas de P/IS/COFINS conforme definido contratualmente. Em 16 de dezembro de 2011, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão dos serviços contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 14 de fevereiro de 2017. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Instrumentos e passivos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. **3.1.2 Contas a receber ativo financeiro:** A Companhia classifica os saldos de contas a receber ativo financeiro como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2016 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4 Ativo financeiro de concessão:** De acordo com o IAS 38 (ICPC 01), as atividades de concessão são reconhecidas como ativos quando os custos de transação são diretamente atribuíveis a uma localização financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pela concedente no âmbito do contrato. O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo. **3.1.5 Baixa de ativo financeiro de concessão:** A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expirar os direitos contratuais de recebimento de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos a outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação. **3.1.6 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irreperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.2 Provisões e passivos circulates e não circulates:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulates e não circulates são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data de balanço patrimonial. **3.3 Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor independente em demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as mesmas responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nosso objetivo ao obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

		(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)		
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	
Receita operacional líquida		17.759	16.108	
Custos operacionais		(4.748)	(2.829)	
Custo dos serviços prestados		(4.699)	(2.346)	
Custo de infraestrutura		(49)	(83)	
Lucro bruto		13.011	13.279	
Despesas operacionais		(858)	(505)	
Administrativas e gerais		(549)	(328)	
Pessoal		(236)	(88)	
Retribuição e conselho de administração		(73)	(89)	
Lucros antes do resultado financeiro		12.153	12.774	
Despesas financeiras	13	(3.413)	(3.335)	
Receitas financeiras	13	791	539	
Total		(2.622)	(2.796)	
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		9.531	9.978	
IRPJ e CSLL correntes	14	(599)	(1.685)	
IRPJ e CSLL diferidos	9	(1.673)	(3.246)	
Total		(2.272)	(4.931)	
Lucro líquido do exercício		7.259	5.047	
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$		0,16881	0,11737	
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		43.000	43.000	

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

		(Em milhares de reais)	
		31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício		7.259	5.047
Outros resultados abrangentes		—	—
Total do resultado abrangente o exercício		7.259	5.047
Movimentação do ativo financeiro de concessão:			
Saldo em 31 de dezembro de 2014		106.196	2.909
Receita de operação e manutenção (nota 12)		2.909	14.300
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)		483	483
Recuperação do ativo financeiro (baixa)		(14.302)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2015		109.586	19.700
Receita de operação e manutenção (nota 12)		5.700	13.972
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)		9.700	13.972
Recuperação de infraestrutura (nota 12)		49	—

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. O saldo de empréstimos, financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras/credores	Vencimento	(% a.a.)	Taxa efetiva	Encargos	Circulante		Não circulante			
					Principal	31/12/2016	31/12/2015	Principal	31/12/2016	31/12/2015
BNDEx - Subcrédito A	15/04/2026		TJLP + 2,44% a.a.	112	3.509	3.421	3.388	27.573	27.573	30.448
BNDEx - Subcrédito B	15/04/2026		TJLP + 2,04% a.a.	1	107	110	898	898	898	990
				115	3.416	3.531	3.493	28.471	28.471	31.435

b. Em 27 de janeiro de 2012 a Companhia captou junto ao BNDEx o montante de R\$45.000, sendo o subcrédito "A" com incidência de taxa de juros de TJLP + 2,44% a.a., e o subcrédito "B" com incidência de taxa de juros de TJLP + 2,04% a.a.. Esta captação possui vencimento mensal do principal e dos encargos, sendo a primeira amortização em 2012 e a última em 2026. Este empréstimo tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 005/2010. Este contrato com o BNDEx estabelece condições contábeis restritivas que são: a) de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente, a partir do exercício findo em 2013. Qualquer inadimplemento aos termos do contrato de financiamento que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da dívida. A Administração mantém o acompanhamento desses índices e em 31 de dezembro de 2016 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). c. Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
BNDEx	3.416	3.416	3.416	3.416	3.416	11.391	28.471
	3.416	3.416	3.416	3.416	3.416	11.391	28.471

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPCE 05 - contratos de concessão. Até o exercício fiscal de 2014 a Companhia foi optante pelo regime de tributação lucro presumido e a partir do ano calendário de 2015 passou a optar pelo lucro real com o incentivo fiscal da SUDAM, consistente à redução de imposto de renda equivalente a 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração. Os cálculos projetados da provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos foram realizados considerando essa mesma premissa, onde a usufruição do benefício se dará nos próximos 9 anos de concessão, e no restante do período até o final da concessão foi utilizado a premissa do cálculo com a alíquota nominal de 25% para imposto de renda. Além da premissa descrita acima, a Companhia também efetuou os ajustes decorrentes da adoção da Lei 12.973 e IN 1515 e projetou o efeito do artigo 69, conforme previsto na legislação. Os registros contábeis foram efetuados em contrapartida nas contas de resultado conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ diferido	29.638	26.652
CSLL diferida	29.638	16.658

	31/12/2016	31/12/2015
Base de cálculo	10.309	9.995
Imposto diferido - base de cálculo (1)	25%	9%
Alíquota incentivada	6%	0%
Total tributo alíquota efetiva (1)	4.833	2.667
Total tributo alíquota incentivada	644	625
Total IRPJ e CSLL diferido	5.478	2.667

(1) Artigo 69. No caso de contrato de concessão de serviços públicos, o contribuinte deverá: I - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o artigo 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, considerados os métodos e critérios vigentes em 31 de dezembro de 2007; II - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o artigo 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, consideradas as disposições desta Lei e da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; a. A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro presumido	Lucro real	Lucro real
IRPJ diferido	1.994	101.2095	2.216.4311
CSLL diferida	1.076	55.1131	1.030.2161
	3.070	156.3.226	3.246.6.472

10. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui processos com classificação possível de perda que sejam de valor relevante.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 43.000 composto por 43.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 03 de novembro de 2015, mediante "Termo de Cessão e Transferência de Ações Ordinárias Nominativas a Título Gratuito" celebrado entre a Alupar Investimento